

Iminente o fechamento do acordo com os banqueiros

RÉGIS NESTROVSKI
ESPECIAL PARA O GLOBO

NOVA YORK — O Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, reuniu-se com os banqueiros do Comitê de Assessoramento da Dívida externa ontem às 20h 30 min (hora do Rio) e

esperava-se para a madrugada o fechamento do acordo de refinanciamento dos débitos brasileiros que vencem até 1991.

Pastore recebeu dos bancos uma contraproposta que estabelece condições diferentes de pagamento para as dívidas externas privada, das estatais e a avalizada pelo Tesouro Nacional. Com isso, estará contornada a legislação americana, que limita em dez por cento do capital dos bancos os empréstimos externos a cada país, informaram fontes ligadas às negociações.

A proposta fixa uma taxa de risco (spread) de 0,875 por cento acima da Libor (taxa interbancária do mercado do eurodólar) para os empréstimos avalizados pelo Tesouro Nacional; outra de um por cento, para os créditos tomado pelas empresas estatais; e uma terceira, de 1,375 por cento para os empréstimos feitos à iniciativa privada brasileira. Isto significa que, na média, o spread seria de 1,125 por cento, igual ao concedido ao México.

Pastore reuniu-se com os bancos pela manhã para discutir a contraproposta e, em seguida, os banqueiros



Pastore

ros entraram em contato com os 700 bancos credores do País em todo o mundo, para comunicar as condições em negociação.

— Há uma divisão entre os membros do Comitê de Assessoramento. Os banqueiros americanos querem fechar o pacote brasileiro dando as mesmas condições recebidas pelo México. Mas os representantes de bancos suíços e franceses querem taxas de risco maiores. Vários banqueiros acham também que o Tesouro Nacional deve receber taxas menores, já que 70 por cento da dívida são do Governo brasileiro. — comentou uma fonte bancária.

Houve também uma proposta de juros móveis. Nesse caso, a taxa de risco anunciada no fechamento do acordo valeria para os primeiros sete anos, sendo mudada em 1991. O prazo de reescalonamento não foi divulgado mas quarta-feira Pastore insistia em 16 anos, o que se compara com os 14 anos obtidos pelo México.

Os credores percebem que o Presidente do BC negocia em perfeito entrosamento com o Presidente eleito Tancredo Neves. Houve rumores também de que os banqueiros gostariam de que Pastore se mantivesse à frente do BC no novo Governo. Não seria coincidência se o novo acordo fosse fechado durante a visita de Tancredo aos Estados Unidos.

● Os principais bancos credores da Venezuela decidiram prorrogar, por mais 90 dias, a moratória para a amortização de US\$ 26 bilhões da dívida pública externa. O País vem obtendo moratórias sucessivas desde 1983. O Comitê de Assessoramento da dívida venezuelana se reunirá hoje para discutir as condições do pacote de refinanciamento dos débitos.

Siderbrás, Cobec e IAA na lista dos problemas

NOVA YORK — Além da dívida de US\$ 580 milhões da Superintendência Nacional de Marinha Mercante (Sunamam), que já era uma das dificuldades para o fechamento do acordo da dívida externa brasileira, os débitos de duas estatais — Siderbrás e Companhia Brasileira de Entrepósto Comerciais (Cobec) — e do Instituto do Açúcar e do Álcool também foram incluídos na lista de problemas dos banqueiros.

Só a dívida da Cobec, em Nova York, era estimada ontem em US\$ 50 milhões. Muitos credores estavam pedindo solução para o problema do crescimento da dívida daquelas estatais e do IAA, sem falar na Sunamam, o que levou a reunião a se estender até altas horas da noite. O débito das estatais está avaliado pelo Tesouro Nacional e os banqueiros — principalmente os europeus — não estavam concordando com o fechamento do pacote antes de uma solução para aquelas dívidas. A informação foi dada por um banqueiro que participa das reuniões durante o dia.

O problema da Cobec, informou-se ontem na reunião do Comitê de Assessoramento da dívida externa brasileira com o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, começou a ser solucionado no dia 17 passado, em Brasília, quando o Presidente João Figueiredo assinou Decreto-Lei autorizando o Ministério da Fazenda a conceder aval a créditos da Companhia até US\$ 130 milhões. O mesmo Decreto-Lei autorizou o Tesouro Nacional a subscrever Cr\$ 7 bilhões em ações da Cobec para reforçar seu capital.